

Para professor, Brasil fecha balanço sem FMI

Da sucursal do
RIO

O professor da escola de pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, José Júlio Sena, afirmou ontem ser perfeitamente possível ao Brasil fechar suas contas do balanço de pagamentos no corrente ano, sem necessidade de renegociar a dívida ou pedir auxílio ao FMI — Fundo Monetário Internacional.

Destacou Júlio Sena que o Brasil está ajustando sua economia à nova realidade de escassez de crédito de forma a merecer o apoio de toda a comunidade financeira internacional, acrescentando que “novos choques traumáticos no mercado, trazidos por outros países latino-americanos que cheguem à insolvência, não afetarão o crédito brasileiro”. “De qualquer forma, nada podemos fazer quanto a isso, a não ser continuar ajustando nossa economia e resistir à renegociação que seria desnecessária e prejudicial ao País.”

Explica Júlio Sena que, para equilibrar o balanço de pagamentos, as variáveis poderiam ser, por exemplo, aumentar as exportações, uma alteração substancial no preço do petróleo e queda nas taxas de juros externos, quase todas fora da capacidade de influência do Brasil, a curto prazo. Outras, como o crescimento das exportações, apresentam respostas muito lentas às mudanças de política econômica. Em consequência disso, o equilíbrio a curto prazo acaba dependendo somente do fluxo de empréstimos externos.

Segundo o professor Sena, esse fluxo é determinado pelas condições de oferta e demanda de recursos financeiros, sendo irrelevante a discussão sobre o volume de empréstimos de que o Brasil precisa até o final do ano para fechar o balanço de pagamentos. O que importa, diz, é a análise para período de pelo menos um ano à frente. Nesse sentido, lembra que o Brasil precisará de cerca de US\$ 15 bilhões de empréstimos externos.

“Os problemas não terminam quando se vira o calendário. Os recursos externos podem não entrar até dezembro, mas entram em janeiro. De qualquer forma”. Acrescenta Júlio Sena que o País obterá os recursos necessários, sem perder mais reservas cambiais, até o final do ano e para garantir esse fluxo de recursos, o governo brasileiro vem tentando sensibilizar não

apenas a demanda, mas também a oferta de empréstimo. No tocante aos banqueiros internacionais, o Brasil tomou várias medidas: aumento do depósito compulsório dos bancos comerciais para 45%; criação de um recolhimento compulsório para os depósitos a prazo; estabelecimento de uma meta de redução do déficit fiscal como proporção do PIB de 6% para 2,5%, no ano que vem, e, principalmente, a redução do déficit em conta corrente no balanço de pagamentos de US\$ 13 para 8 bilhões. Todas estas medidas são compatíveis com o menor crescimento da dívida externa e atuam no sentido de demonstrar à comunidade financeira internacional que a economia brasileira se ajusta à nova realidade mundial.

PROTEÇÃO

Como não basta sensibilizar a comunidade externa dos banqueiros mas também aumentar a demanda interna por empréstimos em dólares, o governo baixou uma medida, na opinião de Júlio Sena, extremamente inteligente, que foi a Resolução nº 766, do Banco Central, que, na prática, reduziu em muito o custo das empresas para se protegerem de uma eventual maxidesvalorização.

Segundo Júlio Sena, essa proteção sempre foi possível, apenas que a um custo muito alto. As empresas interessadas eram obrigadas a comprar ORTN com cláusula de correção cambial, desembolsando o valor total da operação. Agora, pela Resolução nº 766, as empresas interessadas em se proteger poderão pagar apenas uma espécie de aluguel para que as instituições financeiras “carreguem” esses títulos para elas, em outras palavras, por 5 a 8% ao ano, as empresas estarão protegidas de uma maxidesvalorização. Ficou muito mais barato fazer o *hedging* e isso certamente vai estimular a captação de empréstimos.

Quanto à renegociação da dívida externa, Júlio Sena afirma não ver nenhuma razão, enquanto o Brasil puder saldar seus compromissos em dia e isto está ocorrendo. Renegociação não é opção de política econômica, “é algo que se faz quando não tem mais jeito”. O professor da FGV crê que vamos evitá-la ajustando a nossa economia. O crescimento da dívida externa brasileira é de 15% ao ano e a oferta de recursos este ano não deve superar 10% em hipótese alguma.